

## RITMOS E ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO CAMPONESA EM ÁREAS DE COLONIZAÇÃO: UM EXEMPLO EM RONDÔNIA<sup>1</sup>

Philippe Léna<sup>2</sup>

*RESUMO:* São analisados dados colhidos junto a uma mesma amostra de 100 famílias de colonos do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto (Rondônia), em duas épocas diferentes (1980 e 1987). Sustenta-se a hipótese de que boa parte das vendas de lotes ocorrida nos Projetos não deve ser interpretada simplesmente como fracasso. Essas vendas constituem adaptações pertinentes a situações complexas, caracterizadas, antes de mais nada, pela falta de capital, o que redundará na impossibilidade de melhorar o ritmo de acumulação. A realização do capital fundiário é, muitas vezes, a única maneira de reatar com trajetórias sociais ascendentes. A especificidade da situação de fronteira leva a uma verdadeira "peculiarização" da pequena produção. No geral, pode-se dizer que existe crescimento e acumulação (embora lenta para a maioria), porém de tipo extensivo, com ampla mobilização de capital natural e pouco progresso da produtividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração, Colonização, Mobilidade Espacial, Estratégias sócio-econômicas, Capitalização camponesa.

*ABSTRACT:* Analysis of data collected of the same sample of 100 families of peasants of the "Projeto Integrado de Colonização" (PIC) Ouro Preto (Rondônia), in two different years (1980 and 1987). The hypothesis is that a good part of the sales of lots at the Project should not be interpreted as definitive failures. They represent an adaptation to complex situations, characterized, above all, by the lack of capital which in turn results in the impossibility to improve the level of

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no 46º Congresso Internacional dos Americanistas, Amsterdã, Holanda, em 6 de julho de 1988.

<sup>2</sup> Geógrafo, pesquisador do ORSTOM (França). Convênio CNPq/ORSTOM - Museu Paraense Emílio Goeldi - Departamento de Ciências Humanas. Caixa Postal 399, CEP 66040, Belém - PA.

*accumulation. Generation of capital from selling the land is often the only way to restore ascending social conditions. The specificity of the frontier situation results in a growing transformation of land for small scale cattle raising. In general, one can say that there is growth and accumulation (slow for the most part), however of the extensive type, with large utilization of natural resources and little productivity progress.*

KEY WORDS: Migration, Colonization, Spatial mobility, Socio-economical strategies, Peasant capitalization.

## INTRODUÇÃO

A maioria dos estudos sobre os pequenos agricultores recentemente instalados na Amazônia (detentores de título de propriedade ou não) ressaltam a grande mobilidade espacial desses migrantes, expressa pelo número de etapas, de duração variável, por eles já efetuadas (Becker 1982; Foweraker 1982; Mougeot 1985; Mougeot & Aragon 1983, etc.). É interessante constatar que essa mobilidade é apenas levemente atenuada pela integração dos migrantes em projetos de colonização dirigida concebidos, em princípio, para pôr um ponto final a esse nomadismo e fornecer aos escolhidos as condições de uma acumulação no próprio local. Mesmo as antigas áreas de assentamento aparentemente bem sucedidas (Paraná, Mato Grosso) tornam-se áreas de saída de migrantes em menos de uma geração (Martine 1980).

Costuma-se tratar esse fenômeno migratório em termos de expulsão ou expropriação (Ianni 1979; Martins 1980; Silva 1982). Deixando de lado os casos de expulsão violenta ocorridos em situações de luta pela posse da terra com fazendeiros (freqüentes no Maranhão ou Sul do Pará), o termo significa em geral que o pequeno agricultor não teve condições de se manter na terra face às condições de produção e comercialização que lhe são proporcionadas. Diante desse fenômeno, as reações e interpretações são diversas. Os funcionários encarregados da assistência aos pequenos produtores falam em "fracasso", recorrendo às vezes a categorias explicativas de tipo cultural ou moral<sup>3</sup>. Os setores ligados à Igreja Católica e à militância política de base freqüentemente decepcionam-se com a relativa desmobilização que segue a conquista da terra, desmobilização esta que pode expressar-se, entre outros gestos, pela venda da mesma; autoresponsabilizam-se, portanto, pelas falhas do seu esforço de "conscientização" dos camponeses.

<sup>3</sup> Os camponeses são, às vezes, chamados de "posseiros profissionais" por esses agentes (Wagner 1986).

Por outro lado, os estudiosos podem a *grosso modo*, ser divididos em dois campos: os que, fiéis à visão leninista, acham inelutável o processo de diferenciação do campesinato, que levará finalmente à sua divisão entre proletários de um lado e pequena burguesia rural do outro; e os que defendem a especificidade camponesa, alheia às lógicas do modo de produção capitalista, insistindo sobre as estratégias de reprodução do campesinato como grupo semi-autônomo (estes últimos são classificados como “populistas” ou “marxo-populistas”). Vale notar que sob as categorias de “acumulação primitiva” ou de “colonialismo interno”, essas duas concepções aceitam a articulação e submissão formal da pequena produção familiar ao capital, conferindo-lhe um grau variável de funcionalidade no que diz respeito ao processo global de acumulação.

Observações nossas<sup>4</sup> realizadas no Sul do Pará, Transamazônica, norte de Mato Grosso e de Goiás, Rondônia e Roraima, convenceram-nos que essas duas abordagens não davam conta de toda a realidade. Da primeira resgatamos a afirmação de que camponês significa mercado e que, portanto, é imprescindível analisar o processo de produção como um fato social que inclui as modalidades de realização do valor (determinação dos preços pagos ao produtor, circulação da mercadoria, crédito, políticas agrícolas, etc.). Também nos parece fundamental a noção de heterogeneidade e de diferenciação contínua do campesinato na sua interação com o mercado. Entretanto, achamos possível a emergência e estabilização de uma importante faixa de pequenos produtores capazes de modernizar-se e adaptar-se às condições flutuantes do mercado, acompanhando os aumentos médios de produtividade do trabalho vigentes no restante da sociedade<sup>5</sup>. Da segunda conservamos o interesse pelas estratégias camponesas, porém não concebidas como meios de conseguir a reprodução de um “modo de vida camponês”, mas sim como formas de preservar seus meios de vida, fugir das situações de dependência em relação ao capital comercial e usurário e empreender um processo de acumulação e ascensão social. Nesse sentido, o agricultor não aparece somente como vítima de determinismos alheios, mas possui uma relativa autonomia de escolha frente a situações complexas, podendo desenvolver um projeto de vida pessoal (a decisão de migrar para a

---

<sup>4</sup> Bem como pesquisas efetuadas por outros pesquisadores em outras regiões, ver, por exemplo, Lovisolo 1984.

<sup>5</sup> Tal evolução foi observada em muitos países bem como em outras regiões do país. Embora as condições amazônicas sejam específicas, podemos esperar um fenômeno semelhante, com feições próprias, sendo algumas preocupantes (abuso dos recursos naturais, ausência de mecanização e conseqüente utilização de mão de obra assalariada, etc.). As trajetórias sociais observadas no decorrer do processo migratório parecem mostrar o embrião desse processo; porém, sua consolidação depende de muitos fatores.

Amazônia no lugar de São Paulo, por exemplo, já é uma expressão dessa capacidade).

Rejeitamos também o uso da categoria “agricultura de subsistência” (ao menos tal como é usada geralmente) por não ter um poder analítico suficiente para descrever corretamente as realidades encontradas nas áreas de fronteira. Falta uma definição unívoca do que é subsistência. De forma alguma o nível de subsistência pode ser definido em bases biológicas. Sua definição em um dado momento e lugar é de origem social, portanto depende das representações e valores que circulam no conjunto da sociedade (em particular através da difusão dos padrões de consumo urbano efetuada pela mídia) e do seu grau de incorporação pela população local. Não pode ser definido em termos quantitativos fixos. Em média, a procura das famílias camponesas por bens e serviços é nitidamente superior hoje ao que era há vinte anos. É em relação a sua capacidade de obter esses bens que os camponeses avaliam subjetivamente seu sucesso ou fracasso, não em termos de simples sobrevivência biológica. Isto é particularmente verdadeiro nas áreas de fronteira, das quais os agricultores esperam não somente a propriedade da terra (ou uma terra de maiores dimensões) mas também uma ascensão social. Nos termos de um cearense da Transamazônica: “a gente veio aqui para se capitalizar<sup>6</sup>, se for somente para comer, também lá a gente comia, não valia a pena fazer a viagem...”. Daí a enorme frustração diante do quadro pouco animador apresentado pelas infra-estruturas para o escoamento da produção e pelos baixos preços pagos ao produtor.

A relativização da noção de agricultura de subsistência leva a relativizar também a noção de excedente. Às vezes o produto vendido é tirado da quantidade necessária à própria subsistência; em outros casos existe um real excedente, conscientemente produzido para certos fins, e o agricultor tem a possibilidade de escolher entre a compra de bens de consumo e um investimento produtivo<sup>7</sup>.

Portanto, a definição mais correta da agricultura de subsistência em termos econômicos, isto é, o que, em outros setores de atividade, seria chamado de reprodução simples, em que o excedente monetário disponível além do consumo imediato<sup>8</sup> é também dedicado ao consumo

<sup>6</sup> Essa expressão se refere não somente ao capital terra e aos meios de produção (trilhadeira, por exemplo) mas também a todos os tipos de bens de consumo de longa duração (gerador, carro, etc.).

<sup>7</sup> No atual estágio de desenvolvimento das áreas de fronteira, a preferência vai para os investimentos que proporcionam segurança e estabilidade: gado, culturas perenes, carro, terra (na ordem que encontramos no decorrer do presente trabalho)

<sup>8</sup> Esse “consumo imediato” deve ser considerado com as mesmas ressalvas que o “nível de subsistência”; ele é baseado numa apreciação subjetiva de satisfação das necessidades, e varia conforme os objetivos dos interessados.

(em oposição a reprodução ampliada que implicaria investimentos produtivos significativos e contínuos) não permite retratar corretamente a realidade. Ao admitir os investimentos visando à ampliação do consumo, esta definição reúne na mesma categoria camponeses com níveis de vida extremamente heterogêneos (desde aqueles que não conseguem preservar o produto necessário para seu consumo e devem recorrer ao endividamento e ao trabalho assalariado, até os que possuem meio de transporte e rebanho bovino).

Uma característica da pequena agricultura na fronteira é sua grande instabilidade e fragilidade. A notável irregularidade das colheitas e dos preços, e as doenças, bem como podem levar um camponês aparentemente bem sucedido a cair no endividamento e na dependência. Ao contrário, uma colheita excepcional, um crédito subsidiado ou outro conjunto de fatores podem proporcionar a chance de iniciar um processo de acumulação. Diante desta situação, é arriscado construir classes a partir de uma observação sincrônica. Parece mais pertinente observar a evolução de uma região ou de um grupo ao longo de vários anos e tentar detectar sinais de estabilidade entre os camponeses. Esta estabilidade almejada (símbolo de autonomia) é atingida quando uma doença, ou o fracasso de uma colheita, não obrigam mais o agricultor a se endividar. Por isso é preciso ter uma poupança; veremos que, como em qualquer lugar da Amazônia hoje, tendo em vista as condições de produção existente, é o gado bovino que desempenha esse papel.

A estagnação, na fronteira, é a situação que oferece os maiores riscos; e todas as estratégias dos colonos procuram minimizar os riscos. Por isso o estudo dos ritmos e estratégias de acumulação nos parece fundamental para a compreensão das dinâmicas da fronteira. Nesse intuito, efetuamos em 1987 uma nova pesquisa junto a 100 famílias de colonos do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, que já foram entrevistadas por nós em 1980. Procuramos também entender o que aconteceu com os colonos que venderam seu lote, a fim de verificar nossa hipótese segundo a qual a venda do lote não significa obrigatoriamente um fracasso, mas pode fazer parte de uma estratégia de acumulação.

## OURO PRETO EM 1980: UMA DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICA JÁ ACENTUADA

A amostra escolhida em 1980 foi estruturada de forma a incluir áreas de assentamentos totalmente planejados e áreas com lotes demarcados pelos próprios colonos. Algumas posses estavam em processo de regularização pelo INCRA, enquanto outras deveriam ainda esperar longos anos. Tratava-se, neste último caso, de posseiros *stricto sensu*, alguns entre eles tendo inclusive efetivado sua posse em áreas reivindicadas

por seringalistas ou fazendeiros. Esses posseiros não foram, porém, incluídos na amostra, pois recentemente chegados, ainda não tinham permanecido o tempo necessário para tornar possível uma análise em termos de acumulação.

Foram entrevistadas famílias em diversas áreas do Projeto, de maneira a cobrir situações diferenciadas, tanto do ponto de vista da acessibilidade (proximidade ou distância dos centros urbanos, qualidade das estradas), quanto de tipos de solo e de relevo. É importante notar, a esse respeito, que a área do Projeto não se restringe a zonas de solos de boa qualidade, como poderiam sugerir alguns relatórios oficiais que destacavam a vocação cacaueteira de boa parte das terras. Na verdade, a chegada constante de novos migrantes levou o Projeto a ampliar-se de maneira contínua, sem levar em consideração a grande diversidade pedológica.

### *Diferenciação dos colonos segundo seu nível de capitalização*

Conforme indica a Tabela 1, em 1980, a situação dos colonos já era bastante diferenciada: 74 entre eles eram ocupantes iniciais e tinham recebido seu lote diretamente do INCRA ou eram posseiros esperando a regularização da sua situação; 26 haviam comprado seu lote de um colono original.

Tabela 1 - Origem e classificação dos colonos em 1980

Estado de origem	Classes						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
MC	35	14	12	0(1)	1(2)	0(3)	7
ES	22	19	7	2(0)	2(3)	3(0)	10
BA	16	5	5	0(1)	-	0(2)	3
PE	8	1	1	-	0(1)	-	1
CE	6	1	1	-	0(1)	-	1
RJ	4	2	-	-	-	-	-
SP	3	3	1	-	1(1)	1(0)	3
PR	2	28	2	2(0)	1(0)	6(2)	11
SC	2	-	-	-	-	-	-
MT	1	22	1	5(0)	1(0)	1(0)	7
AL	1	-	-	-	-	-	-
PA	-	2	-	-	1(0)	-	1
MCS	-	1	-	-	1(0)	-	1
GO	-	1	-	-	-	-	-
PAR*	-	1	-	1(0)	-	-	1
	100	100	30	10(2)	7(8)	12(7)	46

\* Paraguai

I Número de colonos segundo o Estado de origem.

II Número de colonos segundo o Estado de procedência.

III Número de colonos com migração direta para a área.

IV Número de colonos que eram proprietários somente de terra.

V Número de colonos que eram proprietários somente de gado.

VI Número de colonos que eram proprietários de terra e de gado.

VII Número total de colonos que dispunha de capital sob forma de terra ou de gado antes da sua chegada no Projeto.

OBS.: Os números entre parênteses dizem respeito aos migrantes diretos e devem, portanto, ser somados aos outros para se obter o total de colonos "capitalizados".

Tabela 2 - Distribuição dos migrantes segundo os Estados de origem e de procedência imediata.

Estado de origem	Estado de procedência imediata															Total
	MG	ES	BA	PE	CE	RJ	SP	PR	SC	MT	AL	PA	MGS	GO	PAR*	
MG	12	5						9		9						35
ES		7				2		8		3		1		1		22
BA	1	4	5				1	3		2						16
PE				1				3		3		1				8
CE	1				1		1			2				1		6
RJ		3						1								4
SP							1	1		1						3
PR								2								2
SC								1								2
MT										1						1
AL										1						1
PA																
MGS												1				
GO																
PAR*																
	14	19	5	1	1	2	3	28	0	22	0	2	1	1	1	100

\* Paraguai

Quatro das cem famílias de colonos tinham terra no início de seu itinerário migratório, mas perderam-na por causa de brigas familiares ou de endividamento. Todavia, quarenta e seis vivenciaram um processo de acumulação (terra, gado ou ambos), seja no local de origem (essencialmente Minas Gerais e Espírito Santo), seja ao longo de seu percurso (29 famílias), principalmente no Paraná e em Mato Grosso<sup>9</sup>. (Tabela 2)

Dessas quarenta e seis famílias, vale a pena lembrar que somente dezoito utilizaram a totalidade ou parte de seu capital para comprar uma terra (ou, mais exatamente, um direito de ocupação, em princípio não reconhecido oficialmente, pelo menos no início) cedida por um colono em troca de uma importância monetária que, teoricamente, deve compensar as benfeitorias realizadas, mas que, na realidade, constitui

<sup>9</sup> O fato de a metade da amostra possuir terra e gado antes da sua chegada em Rondônia, é devido, em parte, às modalidades de seleção dos colonos, rígidas no início do Projeto, que exigiam uma sólida experiência agrícola, e, por outra parte, ao processo de substituição dos colonos originais por migrantes mais capitalizados.

um verdadeiro preço da terra, que varia conforme a localização, a qualidade do solo, a procura, etc. (Smith, 1982). Vinte e oito famílias receberam um lote ou efetuaram uma posse sem transação monetária.

Oito famílias compraram um lote sem nunca ter possuído terra ou gado: trata-se, em geral, de meeiros que trabalhavam em cafezais e souberam tirar proveito de uma boa colheita.

Frente as dificuldades encontradas para obter informações confiáveis sobre renda e gastos reais, limitamo-nos à avaliação dos elementos visíveis, capazes de ampliar a base econômica. Consideramos como capital produtivo toda cultura permanente (café, cacau, etc.), pasto (que pode ser alugado) e gado. Os prédios especializados, utensílios mecânicos, tratores, não constavam dos itens da amostra, e ainda eram muito raros na região, assim como os veículos utilitários. Essas culturas, junto com a criação de gado, respondem por um aumento considerável da base de reprodução (e, eventualmente, de acumulação) do estabelecimento, e aparecem claramente no discurso da grande maioria dos entrevistados, na época, como um objetivo almejado. Para atingi-lo, porém, era necessário superar uma série de obstáculos, repetidamente descritos por vários autores (Léna, 1987), que originam um processo de diferenciação entre colonos: a disparidade dos lotes do ponto de vista da qualidade dos solos e da acessibilidade (que acarreta eventualmente graves dificuldades de comercialização, uma assistência técnica e um acesso ao crédito rural quase inexistentes, etc.); o tamanho da mão-de-obra familiar (fator dos mais importantes pelo fato de todo o trabalho ser feito manualmente); e enfim, alguns elementos de mais difícil abordagem, que dizem respeito à experiência de vida e expressam o grau de integração do produtor rural ao sistema de representações associado ao modelo econômico envolvente.

Não há, portanto, como estranhar encontrar apenas uma leve diferença entre os ritmos de formação de capital produtivo dos colonos capitalizados e dos que chegaram com menores recursos. Além do mais, esta "capitalização" não deve iludir: a dimensão das terras vendidas no local de origem com o objetivo de comprar um lote em Rondônia se situa entre 3 ha e 50 ha, com uma maioria de pequenas propriedades. Quanto ao gado, o rebanho soma de 1 a 35 cabeças. Em muitos casos, após os gastos com a mudança, o pagamento de alguma dívida, a compra da terra e de mantimentos durante 6 meses, não sobra quase nada para a contratação da mão-de-obra ou compra de gado. Deve-se, portanto, contar somente com a força de trabalho familiar. De qualquer maneira, trata-se de uma escolha entre estratégias alternativas (urbana, por exemplo). A família optou por terra maior (100 ha) para abrir novas perspectivas, para si mesmo e, principalmente, para o futuro de seus filhos, mesmo

que, para isso, seja necessário, praticamente, recomeçar tudo de novo.

No caso dos agricultores que ainda possuem a capacidade de escolher, a opção por uma estratégia alternativa urbana, e o conseqüente abandono do único capital cultural (*savoir faire*) dominado, revela, em geral, a existência, mesmo que incipiente, de extensões urbanas da rede familiar ou de parentesco simbólico. É essa rede que proporcionará condições de moradia temporária e de atividades econômicas eventualmente facilitadas pela venda de terra e gado).

Voltando às trajetórias rurais observadas na referida amostra quanto menor for o valor do capital acumulado, antes da chegada em Rondônia (venda de uma dezena de cabeças de gado ou de 5 ha de terra, por exemplo), menos importante serão as culturas perenes e o posto implantados pelo proprietário anterior no lote comprado. Da mesma forma para os ex-mecieiros que, com suas pequenas poupanças, só puderam comprar lotes pouco valorizados, geralmente distantes, com solos de qualidade média e uma superfície variável de capoeira. Somente os mais capitalizados podem pensar em comprar um lote com alguns hectares de culturas perenes.

*Desempenho dos colonos no aproveitamento permanente do solo  
(Formação de capital produtivo)*

A Tabela 3 mostra as diferenças nos ritmos de realização de um aproveitamento permanente do solo entre quatro grupos de colonos, classificados segundo os critérios da capitalização e do modo de acesso à propriedade, da seguinte maneira:

Grupo I 18 famílias capitalizadas que compraram seu lote  
- tamanho médio da família: 12 membros  
- tempo médio de permanência no lote: 3,5 anos

Grupo II 8 famílias não-capitalizadas que compraram seu lote  
- tamanho médio da família: 6,37 membros  
- tempo médio de permanência no lote: 4,12 anos

Grupo III 28 famílias capitalizadas que não compraram seu lote  
- tamanho médio da família: 9,17 membros  
- tempo médio de permanência no lote: 7,1 anos

Grupo IV 46 famílias não-capitalizadas que não compraram seu lote  
- tamanho médio da família: 8,13 membros  
- tempo médio de permanência no lote: 7,3 anos

Tabela 3 - Desempenho das famílias de colonos segundo o grau de capitalização e o modo de acesso à terra.

	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Café	97 ha	37,5 ha	165,5 ha	177,5 ha
Frequência	77,7%	87,5%	85,7%	82,6%
Ha/lote*	6,92	5,35	6,89	4,67
Ha/lote/ano**	1,54	1,08	0,82	0,52
Cacau	16,5 ha	0,5 ha	35,5 ha	90,5 ha
Frequência	44,4%	12,5%	28,6%	23,9%
Ha/lote	2,06	0,5	4,43	8,22
Ha/lote/ano	0,26	-	0,17	0,27
Pastos	148 ha	48,5 ha	484 ha	590 ha
Frequência	83,3%	87,5%	100%	93,5%
Ha/lote	9,86	6,92	17,28	13,72
Ha/lote/ano	2,35	1,40	2,40	1,75
Gado***	154	19	393	310
Frequência	44,4%	50%	60,7%	54,3%
T/lote	19,25	4,75	23,11	12,4
T/lote/ano	2,44	0,55	1,95	0,92

\* São levados em consideração somente os lotes onde existem este tipo de cultura.

\*\* Todos os lotes estão incluídos. Total dividido pelo número de anos decorridos desde a instalação.

\*\*\*Número de cabeças.

As culturas implantadas pelos antecessores dos atuais ocupantes foram descontadas a fim de levar em consideração somente o trabalho realmente efetuado pela família entrevistada. Na maioria dos casos, essas culturas ou pastagens representavam pouca coisa.

O Grupo I é, sem dúvida, o mais dinâmico. Seu ritmo de acumulação é, em média, o mais alto. Um estudo mais detalhado mostraria, no entanto, uma nítida diferença entre os que trouxeram consigo gado (ou conservaram certa capacidade de investimento) e os que esgotaram seu capital na compra do lote. Quatro famílias concentram assim 84% do gado do Grupo e quase 50% das culturas de café. O tempo é igualmente um fator muito importante: estas quatro famílias somam, em média, 5,32 anos de permanência no lote, enquanto que para outras, instaladas há mais ou menos 2 anos, o resultado de seus esforços ainda não se concretizou, principalmente no que diz respeito à acumulação sob forma de gado.

O Grupo II apresenta um dinamismo menor: por falta de capital inicial, é a mão-de-obra familiar que é fundamental. Três famílias, as mais numerosas, concentram 62% do café plantado. Mesmo que as culturas

perenes produzam no terceiro ano, na maioria dos casos as áreas plantadas anualmente são demasiado pequenas para que os efeitos somados da sua entrada em produção permitam uma acumulação significativa antes do quinto ou sexto ano (principalmente para a formação de uma “poupança” sob forma de gado).

O Grupo III, enquanto detentor de um pequeno capital, e sem a necessidade de comprar o lote, deveria ser o mais favorecido. Porém como o Grupo IV e a maioria dos colonos mais antigos, eles tiveram de enfrentar um começo árduo, com grandes dificuldades de transporte e de saúde (malária) que esgotaram seus recursos financeiros. Cinco famílias concentram 72% do gado. Para três delas, o desenvolvimento da criação veio em primeiro lugar, graças ao capital trazido consigo; para as duas outras, foi o plantio de café, sem capital, mas favorecido por uma mão-de-obra familiar abundante. Os outros começaram a plantar mais tarde e mais lentamente.

O Grupo IV reúne os colonos que receberam lotes do INCRA ou então viram sua situação regularizada por esta instituição. O tempo decorrido desde sua instalação é comparável ao do Grupo III, do qual se aproximam sob vários aspectos. Seu ritmo, no entanto, é mais lento e é entre eles que encontramos o maior número de colonos marginalizados. Mesmo assim, somente seis não têm nenhum pé de café plantado, depois de mais de seis anos de permanência; no entanto, entre esses últimos, três conseguiram, apesar de tudo, uma pequena acumulação sob forma de gado, graças à venda de produtos alimentares ou de madeira. Sete famílias concentram mais de 72% do gado: elas plantaram café desde o início, em pequenas áreas cuja renda é dedicada inteiramente à compra de gado. Entre as sete famílias que possuem maior quantidade de café plantado (10 ha cada), somente duas puderam começar a investir verdadeiramente na criação de gado. Para as outras, a entrada em produção é muito recente e progressiva.

Vale a pena notar que o cacau era pouco difundido na época, enquanto o café estava bem disseminado; muitos colonos trabalharam no passado nesta cultura que lhes é familiar. Mas o fato mais marcante é a incrível extensão das pastagens. Estas atendem várias expectativas: constituem uma maneira de valorizar o solo (o que o abandono do solo à capoeira depois da colheita não permite); propiciam eventualmente uma renda complementar, quando alugadas a proprietários de gado; tornam possível o acesso à forma de acumulação mais prática; enfim, por todos esses motivos, representam uma melhor remuneração potencial do trabalho dedicado à parcela de culturas anuais, às quais estão ligadas.

Desde esta primeira pesquisa, aparecia claramente que a

acumulação sob forma de gado representava uma segurança. No caso de doença grave ou de colheita comprometida, a venda de parte ou de todo o gado permite preservar a posse da terra, permite também evitar a venda “na folha” e as dívidas contraídas junto aos comerciantes e taberneiros com juros extorsivos. Deixando de lado problemas ligados à aptidão do solo, podemos dizer que a maioria dos colonos via uma complementaridade entre a criação e a cultura, procurando conciliar ambas as atividades sempre que possível. Todavia, os 4 ou 5 primeiros anos representam riscos: o colono só pode contar com a comercialização de suas culturas anuais (e da pequena criação) para desenvolver suas atividades e tentar formar um rebanho bovino; a maioria não possui poupança para enfrentar os imprevistos. Graças à sua experiência, à coerência de seu projeto, à mão-de-obra familiar, a uma boa localização, ou simplesmente a um pequeno capital inicial, alguns colonos conseguem fugir com certa rapidez desta “zona de fragilidade”. Para outros, um ritmo de acumulação muito lento prolonga esse período crítico.

Dentro da amostra existem 32 donos de lote cujo pai é ou era proprietário de terra, seja no seu Estado de origem, seja em uma das etapas de seu itinerário. Em outros oito casos, o pai também recebeu um lote em Rondônia, seja um pouco antes, seja ao mesmo tempo que o filho. Como foi também possível constatar em outros lugares (em particular na Transamazônica) aproveitam-se as condições de fronteira a fim de prover, em toda a medida do possível, às necessidades de terra dos filhos que chegam à idade adulta.

Ter um pai proprietário não tem influído significativamente nos resultados do produtor, ao menos em nossa amostra. Por outro lado, se o fato de ter possuído terra ou gado não constitui uma garantia de êxito, deve-se constatar que, entre as 10 famílias com melhores resultados dos grupos “capitalizados” (I e III), ter possuído ao mesmo tempo terra e gado influencia de maneira clara nos resultados: sete estão nessa situação, enquanto dois tinham somente a terra e um, somente o gado.

### *O ritmo de crescimento*

A Tabela 4 classifica os colonos segundo um dos quatro grupos acima definidos, seu Estado de origem e seus resultados. Estes últimos foram analisados, atribuindo pontos a cada unidade de capital produtivo conforme o esquema seguinte: 2 pontos por ha de café ou de cacau; 1 ponto por ha de hevea, e 0,5 ponto por cabeça de gado. Esse total foi em seguida dividido pelo tempo decorrido desde a instalação no lote, a fim de se obter um ritmo de crescimento (ou de acumulação), também dividido em quatro categorias: lento ou nulo, fraco, médio e rápido.

Essas classes estão relativamente equilibradas: lento: 24 famílias; fraco: 22; médio: 26; e rápido: 18.

Tabela 4 - Ritmo de crescimento dos colonos, segundo seu Estado de origem, e o grupo que lhe corresponde do ponto de vista da capitalização inicial.

Ritmo de crescimento	GRUPOS								
	I		II		III		IV		Total
Lento	BA:1		MG:1		MG:3 BA:1	ES:1 PE:1	MG:10 BA:2 ES:1	PE:2 CE:1	24
Fraco	MG:2 SP:1	PR:1	MG:1	BA:1	ES:1 RJ:1 BA:1	MG:1 CE:1	ES:5 BA:1 SP:1	MG:2 PE:1 AL:1	22
Médio	PE:1		ES:3		MG:3 CE:2 SC:1	ES:3 RJ:1	MG:3 BA:3 SP:1	ES:3 RJ:1 CE:1	26
Rápido	PE:2 BA:1	MG:1			MG:3 PR:1	BA:2 RJ:1	MG:2 CE:1 MT:1	ES:2 PE:1	18
Total	10		6		28		46		90

Dez colonos dos Grupos I e II não foram considerados neste cálculo, pois chegaram há menos de dois anos. Alguns ainda não tinham feito nada, ou só tinham as culturas do antecessor; outros tinham trazido consigo gado; todos apresentavam o viés de índices artificialmente muito baixos ou muito altos.

Constata-se que o Grupo IV tende a ser super-representado na categoria “lenta” e sub-representado na categoria “rápida”. Ao contrário, e como seria de se esperar, o Grupo III tem uma maior representação nas categorias superiores e menor nas categorias inferiores. Trata-se apenas, no momento, de uma tendência, e muitos outros fatores vêm completar e modificar esse esquema, em particular a importância da força de trabalho familiar e a mão-de-obra permanente, como se pode depreender da tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - Número de ativos masculinos de 14 ou maiores de 14 anos por famílias, segundo as categorias de ritmo de crescimento.

Categoria de crescimento	Número médio de pessoas
Lento	1,78
Fraco	2,54
Médio	2,46
Rápido	3,61

Observa-se, por sua vez, que 19 das 23 famílias que contam com agregados ou empregados permanentes encontram-se nas duas categorias de melhor desempenho.

A presença de integrantes do Grupo IV em número significativo entre os colonos que alcançam bons resultados mostra que a acumulação, embora difícil, é possível para os mais carentes. No entanto, como pudemos constatar, os colonos que chegaram em Rondônia com um pequeno capital tinham-no constituído laboriosamente no decorrer de suas etapas migratórias anteriores. Este fato nos mostra a necessidade de abordar as diferenças encontradas, não somente de maneira sincrônica (característica do lote, situação sócio-econômica da família, etc.) mas também na sua dimensão temporal, diacrônica: história da composição da mão-de-obra familiar ao longo do processo migratório, evolução de seu estatuto e de suas atividades, etc. delineando, assim, todo um processo de acumulação, com altos e baixos, que acompanha a mobilidade espacial das famílias à procura de oportunidades na fronteira. Assim, a idade do dono e a estrutura da família se revestem de uma importância muito grande como fenômeno evolutivo ligado à capacidade de crescimento da unidade econômica considerada. Encontramos, de fato, uma ligeira correlação positiva entre o número de etapas migratórias e o sucesso, contrariando o que se costuma afirmar (Moran, 1981). Isto se deve, na verdade, à convergência de vários fatores: idade mais avançada do chefe de família (que implica em geral um número maior de ativos na família), maior duração do eventual processo de acumulação, etc.

Para alguns colonos que chegaram sem nenhuma poupança, o financiamento, pelos órgãos estatais, de alguns hectares de café ou de cacau foi um fator decisivo para iniciar o ciclo de acumulação: emprego de meeiros, desmatamentos maiores, plantação de pastos, etc. Para outros, foi o trabalho familiar (com venda de quantidade significativa de produtos alimentares), a comercialização da madeira, a exploração da hevea natural e o trabalho temporário em outros lotes. Estas duas últimas

atividades, tomadas isoladamente, não ensejam normalmente um processo de crescimento; elas podem, apesar de tudo, ajudar a família a esperar a entrada em produção de uma lavoura e contribuir para sua permanência no lote, evitando o endividamento. Muitas famílias de colonos recorrem a uma combinação de atividades (em função de sua experiência, de sua situação familiar, de seu “savoir faire” e das características dos lotes). Além das atividades já citadas, deve-se incluir a caça, a venda de galinhas e de porcos, o pequeno comércio, o trabalho assalariado de um dos filhos na cidade. Algumas dessas combinações mostram-se mais eficazes do que outras, o comércio sendo o mais cobiçado na medida em que permite praticar o aviamento (fonte de enriquecimento conhecida, embora arriscada).

Embora todos os colonos tenham declarado estarem melhor agora do que onde estavam antes, devemos nos perguntar se é realmente mais fácil acumular em Rondônia?...

### O P.I.C. OURO PRETO EM 1987: SETE ANOS DEPOIS...

No momento da pesquisa de junho de 1987 com as cem famílias estudadas em 1980, constatou-se que 35 lotes tinham mudado de proprietário, o que, acrescentado às 26 desistências verificadas em 80, representa 61% de desistência desde a demarcação inicial dos lotes<sup>10</sup>. Ocorreu, portanto, uma ligeira aceleração no ritmo de desistência que pode ser atribuída ao asfaltamento da BR 364 e ao conseqüente aumento da demanda de terra que puxaram os preços para cima e tornaram a venda mais atraente. Além do que as vendas de terra mudaram em termos qualitativos: a maioria dos lotes vendidos antes de 1980 possuía pouca ou nenhuma cultura permanente ou pastos bem formados; os que foram vendidos desde 1980 continuam com um nível de aproveitamento relativamente baixo, porém são mais numerosos a apresentar uma ou outra forma significativa de ocupação permanente do solo. Mesmo os que sofreram poucas transformações adquiriram, em termos reais, um valor venal superior aos lotes vendidos em condições similares alguns anos antes. Houve, então, valorização significativa do solo, independentemente do trabalho executado.

#### *Características da amostra em 1987*

Um dono de lote foi assassinado uma semana antes da pesquisa;

---

<sup>10</sup> Entre os 74 colonos originais assentados pelo INCRA e entrevistados em 1980, 46 ainda são donos do mesmo lote, enquanto 28 venderam. Dos 26 colonos que compraram um lote no período anterior a 1980, 19 ainda estão presentes e 7 venderam. Já que 7 lotes foram vendidos duas vezes, 54% dos lotes distribuídos ou regularizados pelo INCRA mudaram de dono uma ou duas vezes.

era um proprietário entrevistado em 1980.

Dois donos de lotes saíram para Roraima algumas semanas antes da pesquisa, deixando o lote abandonado: segundo os vizinhos, tinham saído à procura de terra e também de ouro (um deles é um antigo colono do INCRA, o outro um comprador do período anterior a 1980).

Quatro lotes foram comprados por donos de lotes integrantes da amostra. Um deles pôde fornecer apenas uma informação global relativa a seus dois lotes (contíguos).

Oito donos de lotes estão sempre ausentes; trata-se de comerciantes da cidade (donos de lojas de discos, de tecidos, de mercearia ou de bar); quatro deles compraram seu comércio a partir de uma acumulação puramente agrícola, e os outros quatro a partir de uma combinação de atividade agrícola com pequeno comércio no próprio lote. Dois são considerados como “quase-residentes”, visto que seus filhos vivem a maior parte do tempo no lote. Eles foram entrevistados na sua loja. Foi possível obter informações detalhadas por parte dos meeiros de 4 outros lotes. Em dois casos, não foi conseguida nenhuma informação confiável.

Em resumo, foi possível obter informações quantitativas de 94 lotes (no sentido físico) e de 87 famílias de proprietários (85 donos encontrados em seus lotes e os dois comerciantes “quase-residentes”).

No caso de um lote dividido entre irmãos é o lote completo que é levado em consideração, no que se refere aos dados agrícolas.

#### *As vendas e suas causas*

Trinta e cinco lotes mudaram, pois, de proprietário entre 1980 e 1987. Na verdade, durante os sete últimos meses de 1980 e todo o ano de 1981, nenhum caso de venda foi mencionado. Quanto aos outros anos, o número anual de vendas varia entre 4 e 7, sendo que os dois anos de maior número de vendas foram 1982 e 1984. Foi possível recolher informações relativas a 22 casos de “desistência”, junto aos novos proprietários, a vizinhos ou parentes.

#### Causas principais das vendas:

- Resgate de uma dívida contraída na época do financiamento de uma cultura: 7
- Realização de capital com vistas a uma nova mudança em melhores condições: 6
- Resgate de uma dívida contratada por causa de gastos com doenças: 3

- Problemas de vizinhança: 2
- Morte: 1
- Viuvez: 1
- Divórcio: 1
- Aposentadoria: 1

Já encontramos em outros lugares (principalmente no Projeto Machadinho - Rondônia, mas também em Roraima) antigos colonos do PIC Ouro Preto que diziam ter vendido seu lote e adquirido outro menos valorizado para poderem comprar uma moto-serra, algumas cabeças de gado, e pagar mão-de-obra para plantar, às suas próprias expensas, alguns hectares de café, de cacau ou de pastos. Desconfiados com os empréstimos bancários e conscientes de não estarem em condições de investir o suficiente para melhorar sua situação, eles optaram pela realização de seu capital fundiário. Essa dinâmica se encontra confirmada em nossa amostra, e é bem provável que sua amplitude seja bem maior do que os números acima nos permitam afirmar. Há, de fato, informações quanto ao destino desses colonos que nos permitem sustentar essa hipótese.

Destino dos antigos proprietários:

- Comprou uma casa em Ouro Preto (aposentado): 1
- Comprou terra na região: 12
- Comprou terra em Roraima: 1
- Tentou posse maior no Mato Grosso do Sul, onde o INCRA realizava projetos e regularizava posses: 1
- Tornou-se meeiro: 1
- Empregou-se na cidade: 1

Quando as informações eram contraditórias ou insuficientemente precisas, deixamos de computá-las, embora parecessem reforçar sensivelmente a hipótese acima. Constata-se uma nítida estabilidade da trajetória camponesa e uma fraca representação das trajetórias sociais descendentes. É possível, como pudemos observar em outros lugares, que mesmo os colonos que venderam por causa de endividamento, tenham aproveitado a diferença de preço entre o lote vendido e o que eles compraram, não somente para saldar sua dívida mas também para formar um pequeno capital que lhes permita fazer uma nova tentativa com maiores chances. A dívida é, no caso, um detonador, um fator agravante que incentiva resolver uma situação já considerada pouco satisfatória.

## Tipologia dos colonos que venderam seu lote:

Ao contrário do que se poderia normalmente esperar, não são exclusivamente os colonos do Grupo IV, ou os que têm um ritmo de crescimento lento ou fraco que venderam seu lote, conforme pode se depreender da Tabela 6: mais ou menos a metade são colonos aparentemente “exitosos”. Isto revela a provável existência de uma multiplicidade de causas na origem da venda de lotes, bem como de estratégias sócio-econômicas diferenciadas.

Tabela 6 - Classificação dos colonos que venderam seu lote, segundo o Grupo a que pertencem, o Estado de origem e o ritmo de crescimento.

Ritmo de crescimento	GRUPOS				
	I	II	III	IV	Total
Lento	BA:1	MG:1	MG:3	MG:5 BA:1 PE:1	12
Fraco			MG:1 RJ:1	PE:1 BA:1 AL:1 MG:1	6
Médio	PE:1	ES:2	MG:2 ES:1 CE:1	BA:1 ES:1 CE:1	10
Rápido	PE:1 PA: 1		MG:2 BA: 1	ES: 1 CE:1	7
Total	4	3	12	16	35

De início, é necessário constatar que alguns colonos classificados nas categorias de crescimento “médio” ou “rápido” em 1980, sofreram uma brusca interrupção desses ritmos. Isto pode ser observado comparando o estado do lote em 1980 e o estado em que o novo proprietário diz tê-lo encontrado ao chegar. A saída de casa dos filhos homens adultos e a necessidade de retribuir o trabalho que forneceram em benefício da família anos a fio (retribuição que se faz normalmente em gado, cada vez que seja possível); uma grande quantidade de pastos degradados e a impossibilidade de pagar mão-de-obra suficiente para

recuperá-los; cuidados insuficientes dados às culturas perenes durante um período de preços baixos, levando mais tarde a maiores gastos, exatamente no momento em que os lucros são reduzidos, são alguns dos bloqueios com os quais se confrontam numerosos estabelecimentos aparentemente dinâmicos.

Por outro lado, os colonos dinâmicos são mais inclinados a correr riscos a fim de aumentar mais rapidamente seu capital; podem, assim, contratar empréstimos que estarão impossibilitados de reembolsar em virtude de circunstâncias desfavoráveis.

Em alguns casos de venda por colonos bem sucedidos trata-se de comprar um terreno talvez menos valorizado, porém mais promissor (em dois casos, todavia, o preço do terreno novo era superior ao do antigo). Assim, um produtor que queira começar uma cultura de cacau procurará uma terra com solo adequado se a dele não convier. Podemos igualmente observar um caso em que o lote comprado tinha um valor muito menor do que o vendido, sem que isto possa ser relacionado com o saldo de uma dívida; na realidade correspondia ao projeto do colono de comprar dois caminhões a fim de montar um comércio de madeira, considerado mais rentável do que a lavoura.

É nas categorias “lento” e “fraco” que encontramos os casos de venda por causa de endividamento devido a uma doença, além de três casos referentes a um financiamento mal sucedido. Para essas duas categorias, parece realmente influir a quantidade de força-de-trabalho disponível na família, conforme mostra a tabela 7:

Tabela 7 - Número médio de ativos masculinos de 14 ou maiores de 14 anos por família, segundo as categorias de ritmo de crescimento.

Categorias de crescimento	Número médio de pessoas
Lento	1,58
Fraco	1,33
Médio	2,50
Rápido	4,14

Todavia, em nossa opinião, isso não deve ser interpretado de maneira estritamente determinista, existem outros fatores em jogo. Há, de um lado, a percepção cada vez mais clara, por parte dos colonos, de que os que não têm poupança estão expostos aos problemas climáticos ou de saúde (o que representa um risco perpétuo para sua propriedade), e do outro lado, o aumento do valor da terra, em geral mais rápido do

que o crescimento do produto da propriedade. Ocorre que, em algum momento, levado freqüentemente por um acontecimento externo ou sob a pressão dos filhos adultos, o produtor faz um balanço e decide tentar uma nova experiência, dessa vez com uma capacidade de investimento maior. É o que nos explicou muito bem um antigo colono do Projeto Integrado de Colonização Gy-Paraná que comprou um lote de nossa amostra.

Permanece a questão de saber se essas transações têm um efeito positivo e se se situam em uma trajetória realmente ascendente. Encontramos em outras regiões colonos para os quais a operação redundou em um fracasso. Temos, no entanto, a impressão de que o balanço, na maioria das vezes, é positivo; aliás, essa questão parece ser bem conhecida da maioria dos colonos, o que repercute talvez sobre o volume de vendas de terra.

Um caso típico de capitalização através de compra e venda de terra pôde ser observado na nossa amostra: trata-se de dois lotes contíguos com 50% da superfície desmatada; o primeiro é bem valorizado (cacau, café e pasto) enquanto o segundo só tem dois hectares de café mal cuidados, alguns hectares de pasto ruim e muita capoeira. O proprietário do segundo lote, pressionado por uma força de trabalho fraca e tencionando fazer um plantio de cacau, cedeu a metade já desmatada de seu lote em troca da parte com menor valor agregado do lote de seu vizinho. A diferença de preço entre os terrenos trocados permitiu-lhe comprar uma dezena de cabeças de gado e pagar a mão-de-obra necessária para o desmatamento e o plantio de seus cacauzeiros. Após ter sido obrigado a se desfazer de algumas cabeças de gado durante o período de crescimento dos cacauzeiros, seu projeto é agora de aumentar o cacaual a cada dois anos e de comprar gado toda vez que for possível.

#### *As modificações da estrutura fundiária*

O esquema inicial: uma família nuclear/um lote, pouco a pouco se transformou e se adaptou à complexidade das relações familiares e sócio econômicas reais. Houve desmembramento e concentração de lotes, mas também: multiplicação dos núcleos familiares em um mesmo lote (filhos, genros, irmãos, etc.) mantendo relações de trabalho diversificadas e dividindo o produto conforme vários esquemas; aumento do número de agregados ou meeiros com diferentes *status*; aluguel de pastos; gado, leite e porcos à meia; mutirão; etc.

De uma maneira ou de outra, 47 dos 97 lotes onde pôde-se obter informações, sofreram modificações em sua estrutura original, por desmembramento ou por concentração.

## – Desmembramento

Três lotes foram divididos antes da compra pelo proprietário atual, ou seja, entre 1980 e a data da compra.

Quinze lotes perderam uma parte da sua área, vendida pelo atual dono.

Um lote foi comprado por três irmãos, originando três distintos títulos de propriedade.

Três lotes sofreram uma divisão interna dentro da família, dois deles sendo divididos em duas e um em oito partes.

Conseqüentemente, dezoito lotes perderam parte de sua área, variando entre dez e cinquenta hectares, desde 1980. Desta vez, as duas categorias de colonos com menor desempenho estão mais bem representadas (14 casos). Conseguiram-se informações relativas à venda em 13 casos, conforme se pode constatar a seguir:

Motivo da venda:

- Divórcio e indenização da esposa .....	1
- Ajuda para a compra de um lote para um filho .....	1
- Construção de uma casa maior .....	1
- Compra de um automóvel.....	1
- Dívidas .....	1
- Dívidas por causa de doença .....	3
- Investimento agrícola .....	5

Entendemos por “investimento agrícola” tudo o que se refere ao processo de produção (moto-serra, gado, mão-de-obra para o trabalho agrícola).

Aqui, constatamos novamente que a venda de parte da propriedade familiar, único capital disponível, permite não somente evitar o fracasso mas também, em um número significativo de casos, melhorar a situação.

## – Concentração

Os casos de concentração são um pouco menos numerosos do que os de desmembramento. São de dois tipos: compras feitas por colonos do conjunto estudado, dentro ou fora da área da amostra, e compras

feitas por colonos ou comerciantes não residentes nos lotes incluídos na amostra, conforme distribuição abaixo (Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição dos compradores de terra segundo sua posição.

Compradores	Compradores de parte de um lote	Compradores de lote inteiro
- Residentes no lote		
Antigos colonos		
Grupo I e II	1	2
Grupo III	1	2
Grupo IV	1	4
Novos colonos	1.	7*
- Não residentes no lote	-	5**

\* Em três casos, trata-se de lotes comprados em área distinta da área da amostra, depois da instalação desses colonos. Quanto aos demais, são compras simultâneas ou sucessivas de dois lotes no universo em estudo.

\*\* Dois lotes foram comprados por antigos colonos que se tornaram comerciantes e três por agricultores. Os cinco já possuíam um ou vários lotes em outra parte da região ou do Projeto.

Em oito dos onze casos de compra de lotes inteiros por parte de colonos residentes (excluindo os quatro casos que correspondem a uma acumulação claramente anterior à chegada), o aumento da superfície visava exclusivamente à expansão do rebanho bovino; para cinco dos compradores, as terras estavam localizadas na mesma região do projeto, caracterizada por solos pobres onde a pecuária se tornou quase que a única atividade dos colonos. Isto tende a confirmar os perigos da ocupação de terras pouco férteis; no atual estado de coisas, esta contribui para acelerar a concentração fundiária em benefício da pecuária. Sem capital, com uma renda proveniente das culturas de subsistência fraca e irregular, não permitindo qualquer poupança, e temendo arriscar-se em culturas perenes cujo sucesso seria aleatório e os rendimentos provavelmente baixos nessas condições, os colonos desses lotes estão à mercê de qualquer evento. Uma vez que esses lotes são menos valorizados, sua venda não proporcionará ao colono uma posição confortável para recomeçar em outro lugar. Com frequência, ele deverá contentar-se com um lote ou com uma "posse" em um lugar de difícil acesso, onde os riscos de fracasso serão de novo relevantes.

#### *Os novos colonos*

O perfil médio do colono instalado entre 1982 e 1987 é um pouco

diferente. As migrações diretas dominam, como mostra a Tabela 9, e todos os colonos entrevistados disseram ter possuído terra antes de chegar a Rondônia, exceto três que trabalhavam com o pai, proprietário, e “receberam sua parte” para comprar um lote. Metade tinha ao mesmo tempo terra e gado; alguns puderam conservar parte do rebanho e transportaram-no em caminhão. Aqui também, as áreas vendidas no local de origem ou de procedência são normalmente pequenas, mas a diferença de valor por hectare pode variar de um a sete, se compararmos uma terra bem valorizada do Paraná ou do Espírito Santo com um lote pouco trabalhado do P.I.C. Ouro Preto. Todavia, os progressos da valorização (Tabela 11), a grande procura de terras e o desenvolvimento das infra-estruturas contribuíram para o aumento do preço dos lotes ao ponto de tornar difícil ou até impossível sua compra por camponeses desprovidos de capital fundiário.

Tabela 9 - Origem dos novos colonos por Estado.

Estado de origem	Estado de procedência								
	MG	ES	BA	PR	MT	MGS	SP	RO	TOTAL
MG	3	2		1	2				8
ES	1	8						1	10
BA			3	1			1		5
PR				2					2
MT						1			1
MGS						1			1
SP				1		1			2
	4	10	3	5	2	3	1	1	29

A dimensão média da família (8,59) é inferior à da amostra como um todo e até mesmo à dimensão verificada em 1980 (Tabela 10); isso se deve à relativa juventude dos componentes da amostra: afora um solteiro, nela encontramos oito colonos com crianças em baixa idade, quatro que já tem um filho de 14 anos e quinze que têm ao menos três filhos de 14 anos ou mais. Neste último grupo, o tamanho da família atinge a 11,05 membros, número este próximo à média da amostra, enquanto a divisão em núcleos familiares distintos só ocorreu em dois casos, o que deixa certo potencial de futuro crescimento.

Se devêssemos classificá-los segundo os critérios adotados em 1980, esses recém-chegados estariam todos nas categorias de crescimento "médio" e "rápido". Por outro lado, sua eventual fragilidade é ainda diminuída pelo fato de que, na maioria dos casos, os lotes comprados já possuíam certo potencial produtivo instalado.

### *Os progressos da valorização*

Os números apresentados nas Tabelas 10, 11 e 12 registram um progresso global da valorização. Notemos de passagem que, contrariando certas previsões, a população moradora dos lotes aumentou em 57% desde 1980, atingindo uma densidade de 17,47 hab/km<sup>2</sup>. Trata-se de um valor médio. Alguns lotes voltados para a pecuária têm uma população bem inferior à média, enquanto que os que possuem uma grande plantação de café ou de cacau são bem mais povoados. No entanto, o efeito "desertificador" da pecuária não se faz ainda sentir de maneira clara por dois motivos: as áreas em questão ainda são muito pequenas e a concentração fundiária limitada, além de que esta pecuária é de tipo familiar e são as famílias que representam o maior peso demográfico.

Apesar do aumento de população, as superfícies dedicadas às culturas de subsistência estão regredindo. Dados os preços pouco convidativos, logo que uma família tem possibilidade de diversificar sua produção, ela concentra sua força de trabalho na atividade mais remuneradora, ou seja, nas suas culturas perenes ou até mesmo no seu pasto. O volume de produtos alimentares vendidos sofre um aumento nos anos que seguem a chegada do colono, pois eles constituem sua única fonte de renda; diminui em seguida e se estabiliza, ou flutua em função das necessidades de formação de pastos.

Tabela 10 - População dos lotes. (Comparação 1980 - 1987)

	Família do dono		Agregados		Total		Crescimento
	1980	1987	1980	1987	1980	1987	%
Nº absoluto	908	971 (1)	201	527	1.109	1.498	35,07
Tamanho médio da família	9,08	11,42	5,58 (2)	5,72 (2)	-	-	-
Nº de lotes com presença de agregados	-	-	-	-	24	41	70,8
Nº de famílias agregados por lote	-	-	1,5	2,24	-	-	49,3
Densidade (hab/km <sup>2</sup> )	9,08	11,08	-	-	11,09	17,47	57,52

(1) Só foram consideradas as famílias residentes em seu lote, ou seja, 85.

(2) Os solteiros foram incluídos como unidades familiares. De outro modo, o tamanho da família média seria sensivelmente igual à dos donos de lote.

Tabela 11 - Evolução da utilização do solo (1980 - 1987)

	Superfície total (HA)		Superfície média por lote (HA)		Superfície total: crescimento em %	Superfície média: crescimento em %
	1980	1987	1980	1987		
Café	483	699	5,76	9,8	44,7	70
Cacau	156,5	244	4,98	8,4	55,9	68,7
Seringueira	20	44	10	14,6	120	46
Pastos	1 357,5	2 846	13,62	31,3	109,6	129,8
Lavoura branca(1)	372	304	5,72	4,67	-18,3	-18,3
Total de culturas permanentes	659,5	987	-	-	49,6	
Total da ocupação permanente do solo	2 017	3 833	-	-	90	-
Capoeira	489	1 063,5	4,19	14,8	117,5	253
Total desmatado	2 571	5 052	25,71	53,7	96,5	108,8
	Número total		Número médio por lote		Crescimento total %	Crescimento por lote %
Criação						
Gado (nº de cabeças)	876	4 288	16,53	50,4	389,5	205
Porcos (nº de cabeças)	1 320	1 058	15,53	16,8	-19,8	8,2
Aves (nº de bicos)	9 087	6 167	91,79	83,3	-32,1	9,2

(1) O total de respostas numéricas utilizáveis quanto às culturas de subsistência é, por acaso, de 65 nas duas pesquisas. Trata-se, pois, de dados diretamente comparáveis.

OBSERVAÇÃO: Em 1980, a superfície total desmatada das 100 propriedades pesquisadas representava 25,7% do espaço atribuído. Em 1987, essa proporção se eleva a 57,6% da superfície total das 90 propriedades (94 lotes), sobre as quais foi possível obter dados.

Tabela 12 - Estrutura dos estabelecimentos (1987)

	Sim (a)	Não (b)	Sem resposta	Frequência em % a <hr/> a + b	Total Ha ou cabeças (c)	Média c <hr/> a
Capoeira	72	21	1	77,4	1.063,5	14,8
Café	71	23	0	75,5	699	9,8
Cacau	29	65	0	30,8	244	8,4
Seringueira	3	91	0	3,2	44	14,6
Pastos	91	2	1	97,8	2 846	31,3
Gado	85	6	3	93,4	4 288	50,4
Porcos	63	14	17(1)	81,8	1 058	16,8
Aves	74	4	16(1)	94,9	6 167	83,3

(1) O número elevado de "sem resposta" é devido ao fato que muitos porcos e galinhas são criados por meeiros, ausentes no momento da pesquisa; o dono do lote não pôde fornecer os dados exatos.

A capoeira é o tipo de ocupação do solo que mais cresceu. Ela é a expressão, ao mesmo tempo, da necessidade de um desmatamento anual para a produção de lavoura branca e da relação aleatória entre este desmatamento e a formação de uma plantação ou de um pasto. O aumento do estoque de capoeira tem por conseqüência a sua reutilização cada vez mais freqüente para a produção de culturas anuais, o que não era possível nos primeiros anos do projeto. Não se deve, entretanto, iludir: o avanço rápido e contínuo das áreas dedicadas à pecuária leva inexoravelmente à sua conversão em pastos, e não permite o fechamento de um sistema de culturas alimentares cíclico, que permitiria poupar o que resta de floresta.

O fenômeno talvez mais significativo é o surpreendente crescimento do rebanho bovino. Enquanto a superfície de pastos duplicou em sete anos, a quantidade de gado quintuplicou. Em 1980, apenas 53% dos colonos possuíam gado, enquanto representavam 94% em 1987. A média de cabeças por colono era de 16,5 e passou para 50,4. Interpretada em termos de poupança, segurança e capital (o que é o caso para a maioria dos colonos) esta acumulação associada às lavouras deveria conferir a estas famílias uma certa estabilidade. Deve-se, entretanto, notar que a distribuição deste gado é muito desigual, como pode se verificar na tabela 13.

**Tabela 13 - Distribuição do gado entre os colonos, segundo o tamanho do rebanho.**

Classe de tamanho do rebanho (nº de cabeças)	Número de colonos com rebanho
100 e mais	15
de 50 a 99	18
de 25 a 49	21
de 10 a 24	20
9 e menos	11

Esse fato leva a questionar o papel deste gado. Os que possuem mais de 100 cabeças tornam-se claramente pecuaristas, mesmo se, na origem, alguns deles eram colonos de nosso Grupo IV; a maioria não possui, por sinal, nenhuma ou pouca plantação. Na verdade, já superaram a capacidade de suporte de seus lotes: alguns compraram e outros alugaram pastos suplementares, mas, se quiserem manter o ritmo de crescimento do rebanho, terão que procurar novas terras. Quando se encontram em áreas de solos pobres, não há grande dificuldade, mas se estão cercados por solos valorizados, o preço da terra tornará essa operação impossível. Alguns pensam, nessas condições, em vender a terra e se instalar em área mais distante onde possam adquirir uma posse maior, notadamente em Roraima. E as outras categorias?

Na época da nossa pesquisa de campo, apesar de constatar que pela própria dinâmica biológica do rebanho, a tendência era de expansão constante, esperávamos que a divisão do capital bovino entre os filhos, os bloqueios fundiários e o esgotamento das pastagens, a presença de culturas perenes, limitariam sua expansão e poderiam até transformar este numa fonte de capital que serviria para a modernização e intensificação das atividades agrícolas. Depois de ter voltado duas vezes para a área (a última vez em outubro de 1990) esse otimismo foi seriamente abalado. Frente a baixa constante dos preços dos produtos agrícolas (principalmente do cacau) a tendência à pecuarização ficou mais forte ainda. Muitos colonos arrancam os pés de cacau e café para plantar pastos; em geral trata-se de plantações envelhecidas ou que não receberam cuidados por causa dos preços baixos. Só conservam suas plantações os colonos que podem contar com mão de obra familiar suficiente ou meeiros de confiança, e plantações com altos rendimentos. De acordo com as declarações de muitos colonos, se for preciso pagar salários ou mesmo empreitas na época da colheita ou para a poda e capina, não é rentável. Se os preços não voltarem a subir (e para o cacau

essa perspectiva parece bem remota), ou se outras opções remuneradoras não são propostas rapidamente aos colonos, é provável que a criação de gado se torne a única forma de acumulação.

Além de vender leite, queijo e bezerros como fonte de renda regular, os colonos recorrem à venda de cabeças de gado para fazer frente às despesas excepcionais: reforma da casa (6 casos); compra de veículo (2 casos); compra de terra para instalação dos filhos (14 casos); viagem (3 casos); casamento de filhos (7 casos); problemas de saúde (23 casos), etc. Sem o gado estes gastos não teriam sido possíveis ou teriam levado a família a endividar-se, baixando o rendimento do seu trabalho e encaminhando-a possivelmente para a venda da propriedade.

Se o Estado de origem não parece constituir, em nenhum caso, um fator determinante, a história migratória, a “experiência de vida”, exercem uma inegável influência. Todos os colonos da amostra ou tinham pai proprietário de terra ou gado (o que parece não ter importância do ponto de vista do seu desempenho atual, mas contribui certamente para a formação de um “projeto de vida” mais ambicioso), ou passaram uma parte de sua vida num ambiente de pequenos proprietários rurais durante seu processo migratório. Daí a absoluta ausência de ambigüidade desses colonos quanto ao papel da terra; eles vêm para Rondônia para ter acesso à propriedade ou trocar uma pequena área por uma maior. Os discursos sobre a “terra de trabalho” e as críticas à propriedade privada do solo não são bem recebidos. Alguns agricultores têm até receio da reforma agrária. Não se trata somente do desconhecimento do porte real de uma reforma agrária (que obviamente não os atingiria); tal atitude simboliza o fato de que, através do acesso à terra, os colonos mudaram profundamente a representação que têm de si mesmo. Suas lutas e identificações são agora diferentes da época em que eram simples posseiros recentemente chegados, meeiros ou diaristas.

Nossa amostra incluía unicamente donos de lote, com o intuito de observar as possibilidades de acumulação por parte dos pequenos agricultores. Entretanto, graças às histórias de vida dos colonos e às entrevistas de meeiros ou empregados encontrados nos lotes, é possível ter uma idéia da mobilidade social no sentido mais amplo. 11 colonos da nossa amostra trabalharam como meeiros de café ou cacau em Rondônia antes de ter acesso à terra, sendo que 5 chegaram a trabalhar de diaristas ou de meia em culturas anuais para sobreviver nos primeiros tempos. Esse número sobe para 27 se levar em conta as etapas anteriores, e só não é maior porque muitos trabalharam junto com o pai. Entre os empregados, encontramos 8 famílias que já haviam recebido terra (ou efetivado uma posse) e só esperavam terminar seu contrato para se mudar (3 deles tinham um lote em Machadinho).

A mobilidade social é, portanto, estimulada pela disponibilidade de terra e um gradiente de valorização do solo espacialmente progressivo, em função da distância e da qualidade da infra-estrutura, bem como das chances de obter, em maior ou menor prazo, a regularização da situação fundiária. Através da abertura dos Projetos e das operações de regularização das posses, o Estado desempenhou em Rondônia um importante papel de avalista da pequena propriedade, cujo patrimônio foi progressivamente valorizado pelo avanço constante das infra-estruturas. Graças a essa dinâmica típica das áreas de fronteira, camponeses sem capital, ou com pouco capital, podem tentar, nas margens geográficas da sociedade, uma ascensão social doravante impossível nas áreas mais centrais. Na nossa opinião, eles buscam menos a reprodução de um modo de vida do que a quebra de sua marginalização e sua conseqüente integração ao conjunto da sociedade, mesmo que por isso tenham que fazer várias tentativas. Através da migração, tentam alcançar o *locus* que corresponde ao seu nível de capitalização, tentando usufruir o que podemos chamar de “ganhos de fundador” graças à relativa “recentralização” da periferia que ocuparam. O processo vale não somente para os posseiros descapitalizados, mas também para todos os pequenos e médios agricultores, fazendeiros e mesmo para as atividades urbanas. Só varia a localização, função do gradiente de valorização da terra ou do nível de competição. Para aqueles que precisam ocupar as áreas mais afastadas, as condições são difíceis durante um tempo mais longo e os riscos bem maiores. Com efeito, a existência desse processo não constitui uma garantia de sucesso.

A valorização do solo é geralmente considerada como um fenômeno negativo pelos estudiosos. É verdade que o asfaltamento das estradas (maior fator de valorização), por exemplo, provoca um aumento dos fluxos migratórios e portanto uma pressão sobre as reservas indígenas e florestais. Porém, o culpado não é o asfaltamento mas o planejamento e o controle. Nas áreas já ocupadas pela agricultura, é desejável que os camponeses possam usufruir um máximo de infra-estruturas a fim de multiplicar suas opções econômicas e desfrutar de algumas externalidades. A valorização que se segue pode levar à venda da terra por parte dos colonos sem esperança de que o valor do seu produto colocado no mercado aproxime os ganhos obtidos através da valorização. Mas isso não é inteiramente negativo; pode ser, para eles, a chance de iniciar um processo de ascensão social.

A valorização do solo apresenta, no mínimo, duas vantagens. Ela tende a eliminar as práticas extensivas e as possibilidades de concentração fundiária, levando portanto a uma economia de espaço e de recursos naturais. Ela representa para o pequeno colono uma dotação de capital

sem ônus para o Estado. Em caso de fracasso ou de estagnação, esse capital poderá ser realizado e permitirá ao colono fazer uma nova tentativa, multiplicando suas chances de êxito. Se o solo não fosse valorizado, toda chance de ascensão social estaria praticamente eliminada, o que importaria na reprodução da miséria.

Por outro lado, essa valorização fecha o acesso à terra para todos os que não dispõem de capital equivalente ao nível local de valorização do solo. Daí a dinâmica espacial, o aspecto horizontal da mobilidade e da eventual ascensão social. Não há nisso nada de se estranhar: na Europa, o acesso à terra está fechado há mais de um século a qualquer pessoa que não dispuser de um bom capital; nos Estados Unidos o fenômeno é um pouco mais recente, mas igualmente agudo. O problema é que na Amazônia, a terra não é prioritariamente destinada à produção; sem mesmo falar em sua utilização para fins especulativos, ela serve também para regular um problema social de nível nacional. Ela constitui, de fato, um caminho fácil para oferecer meios de subsistência a certas camadas rurais: a terra, de preferência a uma formação, e a um salário decente. Mas é cada vez maior o número de camponeses a perceber que somente a terra não basta, mesmo que ela seja para eles uma condição prévia.

Esta dinâmica vai continuar enquanto o poder público - sem dúvida pouco disposto a enfrentar nem um êxodo rural maior e suas conseqüências, nem uma reforma agrária - deixar entreaberta a porta da "fronteira". Mas a que preço? A destruição dos recursos naturais, mesmo que em escala menor à pecuária extensiva, pode atingir níveis intoleráveis. A solução do problema social deve passar obrigatoriamente pela terra?

## CONCLUSÃO

Resumindo, podemos afirmar que os Projetos de Colonização tendem a favorecer as trajetórias sócio-econômicas ascendentes da parcela da população camponessa beneficiada. Graças à terra grátis e abundante, eles permitem, de fato, uma melhor adequação entre o fator trabalho e o fator terra, bem como o início de um processo de acumulação através, principalmente, das culturas perenes, que requerem pouco capital no começo.

Assim, encontram-se contornados, na Amazônia, os dois principais fatores que impedem a modernização dos agricultores sem capital nas regiões onde o processo de transição da agricultura está mais avançado: o preço da terra e o custo da mecanização (que pode ser evitada graças às culturas perenes e à criação de gado). Esses fatores, aliás, muitas vezes se associam para dificultar o crescimento das famílias camponesas mais tradicionais.

Com as devidas ressalvas, podemos afirmar que, contrariamente ao que muitos esperavam, influenciados por visões maniqueístas para as quais o campo, pouco a pouco, devia ser tomado por capitalistas e assalariados, as unidades familiares camponesas resistem (Lovisoló, 1984), adaptando suas estratégias às características do lugar e do momento. A trajetória camponesa é mantida na maioria dos casos observados<sup>11</sup>, e as unidades familiares aproveitam as condições específicas da fronteira para tentar fugir da simples auto-subsistência que, fato cada vez mais reconhecido entre os camponeses, paradoxalmente não permite atingir os objetivos contidos neste conceito.

Porém, a renda diferencial, as desigualdades quanto à mão-de-obra familiar disponível e os numerosos problemas ligados à alta incidência de doenças e à precariedade das infra-estruturas dificultam o processo<sup>12</sup>, que redundando em aceleração do ritmo de diferenciação interno do campesinato. A capacidade de aproveitar plenamente novas oportunidades não depende somente dos fatores acima citados, depende também do ponto, ao mesmo tempo cultural, técnico e de capitalização, em que se situa o colono no caminho da transição agrícola<sup>13</sup>. Além do mais, por falta de capital e organização, como também pelas próprias características da "fronteira em movimento", os produtores não conseguem influir significativamente no sistema de comercialização. Este último passa então a representar para o produtor, ao mesmo tempo sua única chance de se manter na terra e a principal causa das suas dificuldades de acumulação. Daí a grande ambigüidade observada em relação às atividades comerciais e de intermediação, bem como as tentativas, por parte dos colonos melhor situados, de inserir-se nesta complexa rede, a fim de obter uma parte da invejável taxa de lucro comercial. Tendo em vista essas condições, a venda do lote (feita antes que o montante da dívida se torne igual ao valor da transação) pode ser tanto a última solução para evitar as trajetórias descendentes (volta à situação de meeiro ou assalariado) ou a estagnação e seus perigos, como uma estratégia para acelerar o ritmo de acumulação no sentido de conquistar um maior grau de segurança e autonomia.

---

<sup>11</sup> Entretanto, não se trata de uma "vocação camponesa", essa trajetória pode ser trocada pelo comércio, a atividade madeireira ou de usineiro se for possível e mais interessante.

<sup>12</sup> De acordo com os colonos que participaram da colonização do Noroeste do Paraná, a ocupação de Rondônia se faz em melhores condições. Deixando de lado as possíveis leituras "heróicas" do passado por parte desses colonos, o fato é provavelmente exato. No entanto, as necessidades dos colonos (e da sociedade como um todo) são hoje bem diferentes (escolarização, saúde etc.). Além de que, a transformação da própria agricultura torna-se muito mais dependente dos circuitos de comercialização e das infra-estruturas (rodovias, armazéns, transporte, sementes, produtos fito-sanitários etc.), isto é, mais integrada ao processo social global.

<sup>13</sup> Resolvemos chamar de "transição agrícola" (à semelhança da "transição demográfica") o processo de mutação pelo qual passa o setor agrícola na sua integração progressiva à sociedade industrial.

No entanto, isto só se torna possível em condições bem particulares, isto é, as da “fronteira em movimento”, na qual existe ao mesmo tempo um gradiente espacial de valorização da terra e um processo de valorização razoavelmente rápido nas áreas periféricas. No estado atual das coisas, esse mecanismo é uma condição necessária para que as áreas de fronteira possam desempenhar um papel relevante no que diz respeito à capitalização do pequeno produtor e limitar assim o número de fracassos reais que, do contrário, poderia ser muito maior, dadas as condições de descapitalização da maioria dos colonos.

Infelizmente, esse mesmo mecanismo é também responsável pela expansão espontânea das regiões de assentamento, com seu cortejo de invasões de terras indígenas, reservas florestais e as conhecidas conseqüências ambientais. Qualquer política de ocupação deve, portanto, enfrentar a seguinte contradição: já que a agricultura desenvolvida pelos colonos não visa à simples sobrevivência mas se situa num ponto relativamente avançado do processo de transição (com especificidades locais devidas à natureza do meio ambiente e à situação de fronteira), ela requer um nível significativo de infra-estrutura e serviços sem os quais ela fracassará. Isto leva, por sua vez, à valorização não somente dos espaços abrangidos pelas operações de desenvolvimento, mas também, em escala menor, dos espaços periféricos a essas áreas, que passam a se tornar interessantes para uma camada camponesa que está no primeiro estágio da acumulação e anseia pela valorização futura do seu lote e pela extensão das infra-estruturas. Existe, portanto, um sério problema de controle e gestão do espaço. Não devemos omitir os altos custos financeiros, ambientais e sociais dessa dinâmica, cujos efeitos são impressionantes a nível local (superfície das áreas desmatadas, número de camponeses assentados, cidades novas etc.) mas pouco relevantes a nível nacional para a solução dos problemas sócio-econômicos atuais. Na realidade, é bom lembrar que estas levas de migrantes rurais são a conseqüência do atraso do setor industrial e de serviços e de sua incapacidade em oferecer empregos bem remunerados e em número suficiente. Se fosse o caso, o número absoluto de agricultores sem capital (bem como de garimpeiros ou outros tipos de mão-de-obra pouco qualificada) diminuiria em ritmo acelerado, aliviando a pressão sobre as áreas periféricas.

Outro ponto a merecer destaque é a “deriva pecuarista” dos pequenos colonos dos projetos. Além das vantagens já citadas (poupança prática, segurança financeira, valorização do lote, autonomia em relação às necessidades de mão-de-obra suplementar da época de safra, facilidade de transporte e comercialização etc.), a pecuária é também ligada a fatores sócio-culturais (através dela o colono identifica-se à camada

social historicamente dominante das áreas rurais tradicionais) e de gestão da força de trabalho (a mão-de-obra escassa e cara das áreas de fronteira favorece as práticas extensivas e menos penosas). Para contrariar esta tendência, precisaria um esforço de pesquisa com o intuito de propor ao pequeno agricultor sistemas de produção capazes de lhe proporcionar as mesmas vantagens. Porém, se a expansão da fronteira garante um certo nível de mobilidade social, ela gera suas próprias contradições no que diz respeito principalmente ao problema das distâncias, custos de transporte e mercado. Na situação atual, constitui, junto com o controle fundiário e a gestão do espaço a nível regional, um grande desafio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B. K. 1982. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro, Zahar. 233 p.
- FOWERAKER, J. 1982. *A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- IANNI, O. 1979. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 137 p.
- LÊNA, P. 1987. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, C. (ed.). *Fronteiras*. Brasília, UnB/ORSTOM, p. 90-129.
- LOVISOLO, H. R. 1984. Mudança social e diferenciação no campo: Reflexões a partir de etnografia. *Bol. Mus. Nac.*, Rio de Janeiro(47).
- MARTINE, G. 1980. Recent colonization experiences in Brazil: expectations versus reality. In: BARBIRA - SCAZZOCCHIO, F. (ed.) *Land, people and planing in contemporary Amazonia*. Cambridge Univ. Press, p. 80-94.
- MARTINS, J. S. 1980. *Expropriação e violência (a questão política no campo)*. São Paulo, Hucitec, 181 p.
- MORAN, E. F. 1981. *Developing the Amazon*. Bloomington, Indiana University Press, 292 p.
- MOUGEOT, L. J. A. 1985. Alternative migration targets and brazilian Amazonia's closing frontier. In: HEMMING, J. (ed.). *Change in the Amazon Basin the frontier after a decade of colonization*, v. 2. Manchester, Manchester University Press, p. 51-90.
- MOUGEOT, L. J. A. & ARAGON, L. 1983. (org.). O despovoamento do território amazônico. *Cad. NAEA*. Belém, (6): 1-171.
- SILVA, J. G. 1982. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 192 p.
- SMITH, N. J. H. 1982. *Rainforest corridors; the Transamazon colonization scheme*. Berkeley, University California Press, 248 p.
- WAGNER, A. 1986. Estrutura fundiária e expansão camponesa. *Amazon Bras. FOCO*, Rio de Janeiro, (16): 7-36.